PERCEPÇÕES DE CUIDADORAS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS E A RELAÇÃO COM SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Jorgeana ***Zanatta***[1]

Mônica ***Tessaro***[2]

RESUMO

Atualmente, no Brasil, os serviços de acolhimento institucional contam com mais de trinta mil crianças e adolescentes acolhidos. O abrigo institucional é o serviço responsável por oferecer acolhimento provisório para as crianças e adolescentes afastados do convívio familiar de origem. Para tanto, os serviços devem seguir o que estabelece o Manual de Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento que, entre suas exigências, prevê a atuação de cuidadores/educadores na equipe profissional, os quais serão os responsáveis, além da rotina de cuidados básicos, prestar auxílio às crianças e adolescentes na compreensão das suas histórias de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade. Assim, a presente pesquisa analisou a percepção de cuidadoras acerca de sua atuação profissional com crianças e adolescentes institucionalizados. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, do tipo descritiva, com a aplicação de uma entrevista semiestruturada com as cuidadoras/educadoras de uma instituição de acolhimento destinada a crianças e adolescentes, a qual fica localizada em um município da região meio-oeste catarinense. Destaca-se que para verificação dos dados foi utilizada a análise categorial, baseada na teoria Bioecológica de Urie Brofenbrenner. Os resultados evidenciaram que historicamente o cuidado é atribuído às mulheres, bem como, as crenças das cuidadoras entrevistadas, compreendidas como a visão que possuem de si mesmas, dos outros e do mundo, influenciam significativamente, na maneira que exercem o seu trabalho e, consequentemente, no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados. Assim, a partir do levantamento destas informações, conclui-se pela necessidade de qualificação profissional e orientação psicológica destas profissionais.

Palavras-chave: acolhimento institucional; crianças; adolescentes; cuidadoras.

CAREGIVERS' PERCEPTIONS OF INSTITUTIONALIZED CHILDREN AND ADOLESCENTS AND THE RELATIONSHIP WITH THEIR PROFESSIONAL PERFORMANCE

ABSTRACT

Currently, in Brazil, institutional care services have more than thirty thousand children and adolescents in care. The institutional shelter is the service responsible for offering temporary shelter for children and adolescents separated from their original family life. To this end, the services must follow what is established in the Reception Service Technical Guidelines Manual, which, among its requirements, provides for the role of caregivers/educators in the professional team, who will be responsible, in addition to the basic care routine, for providing helping children and adolescents understand their life stories, strengthening self-esteem and building identity. Thus, this research analyzed the perception of caregivers regarding their professional work with institutionalized

[1] Bacharel em Direito e em Psicologia pela UNOESC.
[2] Professora Doutora e Pesquisadora – UNOESC.

children and adolescents. The research carried out is qualitative in nature, descriptive, with the application of a semi-structured interview with the caregivers/educators of a shelter institution aimed at children and adolescents, which is located in a municipality in the mid-western region of Santa Catarina. It is noteworthy that categorical analysis was used to verify the data, based on the perspective of Urie Brofenbrenner's Bioecological Theory. The results showed that historically care is attributed to women, as well as the beliefs of the caregivers interviewed, understood as the view they have of themselves, others and the world, significantly influence the way they carry out their work and, consequently, , in the development process of institutionalized children and adolescents. Therefore, from the survey of this information, it is concluded that there is a need for professional qualification and psychological guidance for these professionals.
Keywords: institutional reception; children; teenagers; caregivers.

1. Introdução

Atualmente, segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (2022), o Brasil conta com mais de 30.000 (trinta mil) crianças e adolescentes vivendo em instituições de acolhimento. Os dados apontam, ainda, que mais da metade destas crianças e adolescentes passam, pelo menos, 6 (seis) meses, ou mais, nessa condição. Destaca-se que só no Estado de Santa Catarina são quase 1.500 (um mil e quinhentas) crianças e adolescentes acolhidos, os quais estão distribuídos entre instituições de acolhimento (abrigos), famílias acolhedoras e programas de acolhimento familiar.

O afastamento da criança e do adolescente da sua família de origem é medida excepcional quando constatada a necessidade de proteção da sua integridade física e psicológica. Nestes casos, mediante decisão da autoridade competente, a criança e/ou o adolescente deve ser encaminhado para os serviços de acolhimento, os quais são responsáveis por oferecer cuidados e condições favoráveis ao desenvolvimento saudável desta criança e/ou adolescente (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009; BRASIL, 1990).

Os serviços de acolhimentos, por sua vez, são organizados e subdivididos em diferentes tipos, quais sejam: os abrigos institucionais, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas, com o intuito de atender de maneira mais adequada ao perfil e as necessidades das crianças e adolescentes usuários destes serviços, bem como, deve-se levar em conta a localidade, vez que, nem todos os serviços são ofertados em todas as regiões do País (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

A presente pesquisa foi desenvolvida, especificamente, na modalidade de abrigo institucional que, conforme apontam os dados, consiste no serviço que abarca o maior número de crianças e adolescentes em condições de acolhimento, aliado ao fato de que este é o único tipo de serviço de acolhimento ofertado na região de desenvolvimento da presente pesquisa. O abrigo institucional é o serviço de acolhimento responsável por oferecer acolhimento provisório para

crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, até que seja possível a retomada do convívio familiar ou, no caso de impossibilidade, seja feito o encaminhamento para uma família substituta (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009; CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA, 2016).

Os abrigos institucionais devem seguir o que estabelece o Manual de Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009) que, entre outras exigências, prevê a atuação de cuidadores/educadores na equipe profissional, os quais são responsáveis por prestar os cuidados básicos a estas crianças e adolescentes institucionalizados, auxiliá-los nas questões envolvendo a construção da sua personalidade.

Observa-se que a formação exigida para as cuidadoras/educadoras de abrigo consiste no ensino médio completo e o curso profissionalizante para cuidadora, o qual é ofertado, na maioria das vezes, no formato online (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009). E, ainda, apesar de haver uma série de documentos que funcionam como norteadores da organização dos serviços de acolhimento institucional, eles não são suficientes para abarcar a concretude da realidade vivenciada por aqueles que laboram nestas instituições, especialmente, quando se trata da forma de fazer e agir com os usuários do serviço (MEDEIROS; MARTINS, 2018).

Pode-se dizer que, nestes contextos as cuidadoras/educadoras atuam como protagonistas no papel de promoção das interações entre as crianças/adolescentes e o meio, o que, em situações normais, deveria ser desempenhado pelas famílias (pai e mãe) de origem (CORRÊA; CAVALCANTE; MAGALHÃES, 2011).

Não se pode perder de vista que estes profissionais são sujeitos envoltos de crenças as quais desempenham um papel fundamental na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras e na abordagem adotada enquanto profissional, ou seja, o comportamento é determinado pelas atitudes e crenças que uma pessoa tem sobre o mundo. Assim, é também com base nas suas percepções pessoais, construídas ao longo do tempo, que a cuidadora vai embasar suas atitudes em relação às crianças e adolescentes institucionalizados (MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011; GARDNER et al., 2017).

A literatura também sinaliza para o estilo de cuidado que é dispensado à criança e ao adolescente, o qual, independente da modalidade, seja ela ofertada pela família ou em outros contextos, sua forma traz consigo uma gama de conhecimentos adquiridos do senso comum e história de vida familiar e profissional da cuidadora (CORRÊA; CAVALCANTE; MAGALHÃES, 2011; MCCALL et al., 2019; MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011).

Embora vários estudos apontem para as questões referentes aos cuidados, nota-se que, especificamente, quando se refere à relação entre o cuidado de cuidadoras/educadoras e crianças e

adolescentes acolhidos em instituições de acolhimento, ainda há poucos estudos à respeito, em que pese a importância do papel atribuído à cuidadora nestes contextos (CORRÊA; CAVALCANTE; MAGALHÃES, 2011; MCCALL et al., 2019; MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011).

Na Teoria Bioecológica, perspectivada por Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano é compreendido como um fenômeno de continuidade e de mudança que ocorre a partir da interação entre o meio e o indivíduo, e compreende-se que o contexto ambiental sofre múltiplas influências das ações que estão sendo executadas, das percepções da pessoa, das atividades realizadas e das interações estabelecidas com o meio, influenciando e sendo influenciado pelo indivíduo. Assim, o contexto é construído a partir da influência de aspectos como a cultura, o social, o psicológico, o histórico, ou seja, muito além das situações imediatas que são estabelecidas. Ainda, o desenvolvimento humano se dá em quatro núcleos que se inter-relacionam, quais sejam, o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O argumento, por sua vez, é compreendido por meio da interação de quatro níveis ecológicos, são eles, o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrossistema (ROSA et al., 2010).

O microssistema é entendido como o ambiente imediato no qual a pessoa está em atividade em determinado momento da sua vida. O mesossistema, por sua vez, é o resultado da soma de vários microssistemas referentes a um período de vida, ou seja, é a relação entre os vários ambientes que a pessoa está inserida em determinada época. O exossistema consiste nos ambientes nos quais o indivíduo não está inserido diretamente, mas que influencia seu comportamento e desenvolvimento. Por fim, o macrossitema é o nível que engloba todos os demais níveis da ecologia do desenvolvimento humano e influencia a natureza das interações (BRONFENBRENNER, 2011).

Desta forma, na presente pesquisa, o contexto do acolhimento institucional e as pessoas inseridas neste ambiente, serão analisados à luz do que preconiza a Teoria Bioecológica, proposta por Brofenbrenner (2011), na qual, o abrigo institucional é o ambiente imediato (microssistema), de modo que, as crianças e os adolescentes institucionalizados estão inseridos e sofre influência das demais pessoas envolvidas no processo, entre elas, as cuidadoras que são os sujeitos da presente pesquisa.

Assim, este estudo buscou analisar a percepção de cuidadoras acerca de sua atuação profissional com crianças e adolescentes institucionalizados. O interesse nesta temática surgiu a partir do envolvimento, na forma de voluntariado, da pesquisadora principal deste estudo, com a realidade do acolhimento institucional. Sem esquecer do reconhecimento da inter-relação existente entre esta temática, a Psicologia e o Direito, o qual igualmente é área de interesse e atuação desta pesquisadora. E, a identificação da necessidade de contribuir de uma forma mais eficaz, e mais próxima da cientificidade, com estes locais, visando, fundamentalmente, oportunizar um ambiente

mais adequado para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Nesse sentido, ao final da pesquisa, com o levantamento e conhecimento dos dados acerca das crenças das cuidadoras/educadoras, espera-se contribuir com a orientação, de forma mais assertiva, das práticas profissionais no ambiente de acolhimento institucional, especificamente dos abrigos institucionais, destinados à crianças e adolescentes restringidas do convívio com suas famílias de origem.

2. Metodologia

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, considerando-se que este tipo de investigação permite a compreensão mais detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pela realidade em análise.

O estudo qualitativo apresenta dados descritivos, os quais são obtidos pelo contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, evidenciando a realidade de forma complexa e contextualizada (RIBEIRO, 2008).

Para a coleta de dados utilizou-se uma entrevista semiestruturada, dividida em 04 (quatro) blocos, a fim de levantar as percepções e as condutas das cuidadoras/educadoras em relação às crianças e adolescentes atendidos na instituição de acolhimento na qual as participantes da pesquisa estão vinculadas. No Quadro 1, apresenta-se a síntese da entrevista.

Quadro 1 - Organização da entrevista semiestruturada

Bloco	Objetivo
Bloco I	Perfil sociodemográfico
Bloco II	Percepção das cuidadoras sobre sua atuação profissional
Bloco III	Percepção das cuidadoras sobre as crianças e adolescentes institucionalizados
Bloco IV	Finalização

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

A entrevista foi dividida em blocos visando uma melhor organização e condução, contudo, este é um instrumento flexível, cujo foi conduzido de acordo com o interesse das participantes. A entrevista é a técnica mais adequada quando o pesquisador deseja obter informações sobre o seu

objeto, as quais permitem conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que denota que se pode ir além das descrições de ações (RIBEIRO, 2008).

Após o levantamento, a análise de dados foi realizada por meio da categorização, ou seja, da observação das variáveis qualitativas resultantes da coleta de dados, as quais foram analisadas e categorizadas a fim de identificar e sintetizar os temas ou palavras que mais aparecem no decorrer das entrevistas (GIL, 2010).

Destaca-se, por fim, que a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina, sob o parecer de número 6.021.499.

2.1 Caracterização da amostra

Participaram deste estudo 10 (dez) cuidadoras/educadoras e auxiliares de cuidadoras/educadoras, as quais laboram em uma instituição destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e, por este motivo, estão afastadas do convívio familiar.

As variáveis sociodemográficas permitem a compreensão das especificidades do público em estudo para traçar um perfil da amostra, a fim de relacioná-lo com as demais questões em debate. Sendo assim, na Tabela 1, apresenta-se as características sociodemográficas das participantes desta pesquisa.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

Perfil	Número	Porcentagem
Gênero		
Feminino	10	100%
Idade		
Entre 20 e 30 anos	2	20%
Entre 30 e 40 anos	3	30%
Entre 40 e 50 anos	2	20%
50 anos ou mais	3	30%
Estado Civil		
Solteira	4	40%
Casada/União estável	5	50%
Divorciada	1	10%

Perfil	Número	Porcentagem
Maternidade		
Possui filhos	9	90%
Não possui filhos	1	10%
Formação		
Ensino fundamental completo	1	10%
Ensino médio completo	7	70%
Ensino superior completo	2	20%
Curso de cuidadora	6	60%
Formação continuada		
Participou de treinamento	4	40%
Nunca participou de treinamento	6	60%
Tempo de trabalho na instituição		
Menos de 3 meses[3]	3	30%
Entre 3 meses a 1 ano	2	20%
Entre 1 e 2 anos	1	10%
Entre 2 e 3 anos	1	10%
Mais de 3 anos	3	30%
Experiência prévia		
Possui experiência prévia com crianças e adolescentes	6	60%
Não possui experiência prévia com crianças e adolescentes	4	40%

Fonte: organizado pelas autoras com base nos dados coletados (2023).

Destaque para o perfil das entrevistadas que, conforme já apontado anteriormente, são todas mulheres. Nota-se, ainda, que a maioria destas mulheres possuem mais de trinta anos de idade e a maternidade também é observada em noventa por cento da amostra. Em relação à formação e a experiência profissional, apenas seis das dez entrevistadas possuem o curso de cuidadora e sessenta por cento relatam nunca terem recebido nenhum tipo de treinamento. Entre as entrevistadas,

[3]A existência de trinta por cento das cuidadoras com menos de três meses de tempo de trabalho na instituição, justifica-se em virtude da demanda de contratação emergencial, pelo aumento repentino do número de crianças e adolescentes acolhidos.

quarenta por cento delas informaram que não possuíam experiência prévia com crianças e adolescentes quando ingressaram na instituição.

3. Análise e discussão dos dados

Nesta seção é apresentada as categorias analíticas organizadas a partir da análise das entrevistas. Ao todo, foi possível construir 03 (três) categorias analíticas, a saber: i) o sentido do cuidado para as cuidadoras; ii) crenças das cuidadoras; e iii) condutas das cuidadoras.

3.1 O sentido do cuidado para as cuidadoras

Segundo as definições encontradas no dicionário da língua portuguesa (Ferreira, 1988), o cuidado pode ser compreendido como a demonstração de atenção, cautela e prudência. O cuidado está atrelado aos mais variados contextos, seja na escola, na família, ou, ainda, nos cuidados estabelecidos por profissionais da área da saúde.

À luz da Teoria Bioecológica, proposta por Brofenbrenner (2011), o cuidado diz respeito às relações que o autor intitula como sendo um elemento dos processos proximais que acontecem nos contextos os quais as pessoas estão inseridas. No caso desta pesquisa, o cuidado diz respeito aos processos proximais estabelecidos no âmbito da instituição entre cuidadoras e crianças e adolescentes institucionalizados (ROSA et al., 2010).

No contexto do acolhimento institucional, o cuidado é inerente à atividade desempenhada pelas cuidadoras/educadoras as quais, segundo a própria normativa do serviço de acolhimento, são as responsáveis, além da rotina de cuidados básicos, por prestar auxílio às crianças e adolescentes na compreensão da suas histórias de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

Para a Cuidadora 1, o cuidado atribuído às crianças e adolescentes institucionalizados são atrelados à: *"protegê-los, dar conselho pra eles, né? Estar sempre tipo em roda deles, dando amor, carinho, conversar com eles, às vezes depende muito de conversar"*. Por sua vez, a Cuidadora 2 destacou que: *"cuidar envolve tudo, higiene, saúde, brincadeira, abraço, é o cuidar"*.

A Cuidadora 3 ressaltou que: *"[...] tem que cuidar no sentido que ele já vem com alguma fragilidade, né? [...] Que aconteceu alguma coisa lá fora, a gente tem que auxiliar eles, dar carinho. A saúde, a alimentação deles [...]"*. Ainda, foi possível extrair da entrevista da Cuidadora 5 que: *"[...] o cuidado com eles é isso aí, os horários de alimentação, de banho, brincar com eles,*

sair com eles, não cuidado só físico, tem que ter o cuidado espiritual também, não pode cuidar só do físico e deixar o emocional de lado[...]".

A partir da coleta de dados, realizada nesta pesquisa, nota-se que os resultados vêm ao encontro do que é estabelecido pelas normas técnicas como atribuição das cuidadoras, uma vez que, por meio dos relatos das cuidadoras entrevistadas, verificou-se que elas compreendem os cuidados subdivido-os em duas categorias, quais sejam, os cuidados básicos que envolvem higiene, saúde, alimentação, auxílio nas tarefas, e o cuidado relacionado à atenção, à demonstração de afeto e ao carinho.

De acordo com Diniz e Koller (2010), a presença de afeto nas relações é considerada como um dos fatores que asseguram a continuidade do processo desenvolvimental e um componente de superação da mudança, vez que, ao longo da vida, os afetos constituídos podem sofrer alterações, tendo em vista as pessoas e os contextos que se relacionam.

Assim, nota-se que, se a criança se sentir como um objeto de cuidado, para o qual são dirigidos momentos de atenção plena, a partir dos quais se pode constituir efetivos processos proximais, poderá tornar-se um adolescente e um adulto capaz de retribuir esses sentimentos, de se ligar às figuras de referência e criar novos eles relacionais (DINIZ; KOLLER, 2010).

3.2 Crenças das cuidadoras

As pessoas, desde a infância, desenvolvem determinadas ideias sobre si mesmas, sobre as outras pessoas e sobre o mundo, e estas ideias, as quais denominamos de crenças, decorrem das interações das pessoas com o mundo e com as outras pessoas, e são influenciadas pela predisposição genética. As crenças interferem na visão que as pessoas possuem de uma situação e que, por sua vez, influencia em como essa pessoa pensa, sente e age (BECK, 2022).

Seguindo a Teoria Bioecológica proposta por Brofenbrenner, as crenças estão compreendidas dentro daquilo que é descrito como sendo o nível ecológico denominado de macrossistema, o qual se refere ao conjunto das crenças, ideologias e estereótipos de uma dada cultura e exerce influência nas interações de todos os outros níveis da ecologia do desenvolvimento humano (ROSA et al., 2010; BRONFENBRENNER, 2011).

Não há como desconsiderar que as cuidadoras são profissionais envoltas de crenças, as quais desempenham um papel fundamental na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras e na abordagem adotada enquanto profissional, ou seja, o comportamento é determinado pelas atitudes e crenças que uma pessoa tem sobre o mundo. Assim, é também com base nas suas percepções pessoais, construídas ao longo do tempo, que a cuidadora vai embasar suas atitudes em

relação às crianças e adolescentes institucionalizados (MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011; GARDNER et al., 2017).

No caso da instituição de acolhimento objeto de estudo, as crenças, elemento que compõe esse contexto ecológico do macrossistema, são verificadas nas falas das cuidadoras entrevistadas e combinam conceitos sobre: a) visão das cuidadoras em relação ao abrigo, antes de atuar profissionalmente na instituição; b) perspectivas das cuidadoras em relação ao futuro das crianças e adolescentes institucionalizados; e c) influência da religião.

Assim, as participantes ao serem questionadas sobre as crenças que possuíam em relação ao ambiente do acolhimento institucional e as pessoas atendidas, antes de iniciarem o seu trabalho na instituição, relataram que os acolhidos são: *"[...]crianças que faltaram amor e carinho, e hoje continuo com a mesma opinião, não mudou muito minha opinião [...]"* (Cuidadora 1); a Cuidadora 5: *"[...] eu não sabia nada, só achava que os pais não tinham condição e eles vinham para cá [...]"*.

A Cuidadora 3 acreditava que: *"[...] eles eram mais calmos, mas cada criança já vem com alguma coisa né [...]"*. Já a Cuidadora 8 mencionou que: *"[...] não tinha conhecimento, mas eu pensava que eu daria todo o amor do mundo pra eles, e não mudei muito meu pensamento, porque eu pensava que tinha que dar muito carinho e atenção [...]"*. Por fim, a Cuidadora 9, destaca que *"[...] quem não conhece tem uma visão totalmente diferente, eu pensava muita coisa do que passava na TV, era leiga, agora, eu mudei minha percepção sobre eles, pensava que era criança da adoção, ou rebelde, mas tem uma história por trás de tudo [...]"*.

Em relação ao que pensam sobre o futuro das crianças e dos adolescentes institucionalizados, as cuidadoras descreveram que *"[...] uns até que vão bem, outros vão para a cadeia ou vão morrer, tem uns que nós achamos que vão estudar, mas uma menina disse que ia sair e estudar, mas tá com quinze anos e engravidou e tá prenha agora [...]"* (Cuidadora 3). A Cuidadora 4 destacou: *"[...]alguns você percebe que vai mudar, outros ficamos na dúvida, principalmente os adolescentes, a gente pensa se vão conseguir mudar [...]"*. E, *"[...] penso que alguns vão ter um futuro lindo e outros a gente percebe que não vão ter [...]"* (Cuidadora 10).

Pode-se destacar ainda, uma preocupação maior em relação aos adolescentes: *"[...]os adolescentes me preocupam, os pequenos esperamos que se resolvam, voltem pra família. Não sabemos como os adolescentes vão se virar lá fora, a gente fica preocupado, alguns são bem diferentes e agressivos[...]"* (Cuidadora 7).

Por fim, quando se analisam as crenças a partir da fala das cuidadoras, um ponto que chama atenção, diz respeito ao envolvimento da religião, evidenciado, especialmente, na fala e na conduta descrita pela Cuidadora 5:

> [...] acredito que a religião é o mais importante. Tem dois aqui que nem são batizados, e você sabe que o mal não se mostra né? O mau fica atribulado neles né? A igreja tira isso deles, a gente precisava levar eles lá, porque o padre e o pastor são tipo os psicólogos [...] falta educação espiritual na alma deles, que tá faltando, não é só alimentação, muitos tem dor de estômago porque comem na pressa, porque a comida física não desce, a gente faz oração no almoço, porque eles não sabem de onde vem o almoço, porque a gente fala, que eles ainda tem comida porque tem gente que não tem, porque a fé move montanhas, porque com fé você consegue[...].

Conforme é verificado nos relatos das cuidadoras, quando questionadas especialmente em relação a visão acerca do abrigo e das crianças e adolescentes institucionalizados, algumas das entrevistadas alteraram suas percepções após o início no emprego, enquanto outras relataram não houve mudanças quando se questiona sobre o que pensavam em relação ao abrigo. Em que pese as crenças possam ser tanto fortalecidas e desenvolvidas e/ou desaprendidas, essa modificação tende a sofrer variações, por isso, a discrepância verificada na resposta de cada uma das cuidadoras, as quais devem ser compreendidas na sua individualidade, levando em conta suas experiências pretéritas e o componente genético (BECK, 2022).

Além disso, não se pode perder de vista que essa visão das cuidadoras a respeito de quem são as crianças e os adolescentes acolhidos também é resultante de um conjunto de crenças historicamente associadas à condição psicossocial do indivíduo institucionalizado. Crenças as quais há muito tempo fazem parte do pensamento da maioria das pessoas e remetem aos antigos contextos de acolhimento, os orfanatos, descritos na literatura como locais de privação de cuidados parentais e de vulnerabilidade social e emocional (MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTE, 2011).

A partir da seção seguinte, por meio da análise das falas das cuidadoras em relação às condutas adotadas no trabalho, é possível evidenciar que a visão de mundo das cuidadoras influencia significativamente na sua forma de agir com as crianças e os adolescentes institucionalizados e consequentemente no desenvolvimento destes indivíduos, situação que vem ao encontro do apontado pela literatura, no sentido de que os contextos relacionais exercem uma interferência no desenvolvimento dos afetos, já que são resultado de um estado emocional, fortemente influenciados pela interação com o contexto social (ROSA et al., 2010; GARDNER et al., 2017).

3.3 Crenças das cuidadoras

A partir da análise dos dados obtidos, pode-se identificar, nesta categoria, a presença de três elementos: a) a identificação sobre a necessidade de condutas que envolvam paciência, calma e amor; b) condutas que se diferenciam levando em conta a percepção das cuidadoras que também

são mães; c) e a necessidade de disponibilização de um serviço de psicologia para atender e orientar as condutas das cuidadoras.

As cuidadoras participantes da pesquisa foram questionadas acerca do que consideram como sendo um atributo indispensável na condução dos seus trabalhos como cuidadoras dentro da instituição de acolhimento. Entre as respostas obtidas, notou-se que a maioria delas elencaram palavras como paciência, calma e amor para denominar o que compreendem como característica fundamental.

De acordo com a Teoria Bioecológica, há três tipos de características das pessoas que são consideradas como influentes para moldar o desenvolvimento, compreendido nos processos proximais, são elas, as disposições que dizem respeito às características de funcionamento das pessoas e são capazes de colocar os processos proximais em movimento, os recursos bioecológicos que são entendidos como a capacidade, experiência, conhecimento e habilidade necessários para o funcionamento efetivo dos processos proximais e, como consequência, do desenvolvimento humano e, por fim, a demanda por meio da qual é possível instigar, ou não, as reações dentro do contexto social (BRONFENBRENNER, 2011; BHERING; SARKIS, 2009).

A Cuidadora 1 alegou a necessidade de *"[...]muita paciência, tem que ter muito amor também, ter muita paciência e muito amor pra dar pra eles [...]"*. Já a Cuidadora 2 mencionou que *"[...] você tem que se identificar no que você faz, você tem que fazer por amor, porque eu acho assim, que todo trabalho que você trabalha por amor, amando o que se faz, gostando do que se faz, porque barreiras nós vamos ter, várias, não é uma. Nós vamos ter dias que correm tudo às mil maravilhas, sem problemas nenhum, e nós vamos ter dias em que nós vamos enfrentar muitos desafios com as crianças, com os adolescentes. Nós estamos nessa caminhada e a gente tem que saber o que é o trabalho que a gente assumiu. Então nós temos que amar o que faz pra enfrentar todas essas etapas, essas dificuldades [...]"*.

Para a Cuidadora 4 *"[...] amor e calma para trabalhar aqui [...]"* também são considerados como elementos indispensáveis. A Cuidadora 6 destacou que *"[...] a pessoa que trabalhar aqui tem que ser muito paciente e tem que ser persistente, tem que ter muita paciência e saber lidar com todos [...]"*.

A partir dos resultados obtidos é possível destacar que a concepção das cuidadoras acerca dos atributos necessários para a atuação profissional vai ao encontro do que se prevê na teoria de Bronfenbrenner (2011), como sendo necessário para o processo de desenvolvimento humano. Para a concepção atual de infância, no macrossistema, destaca-se a necessidade de relações estáveis e amorosas, nas quais deve-se destinar atenção e proteção à criança. Em que pese, nem sempre é fácil

proporcionar este espaço de desenvolvimento harmonioso, de continuidade, atenção e reciprocidade emocional tendo em vista o próprio contexto de acolhimento (DINIZ; KOLLER, 2010).

Vale destacar que Bronfenbrenner (2011) compreende as políticas públicas como componentes do macrossitema e, desta forma, são um poderoso instrumento para auxiliar na aplicabilidade das suas teorias, a fim de promover um desenvolvimento humano de qualidade. Para tanto, os responsáveis pela elaboração das políticas públicas devem atentar-se para os achados da ciência. Assim não é demais lembrar que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos em peculiar condição de desenvolvimento que, por sua vez, possuem prioridade e proteção integral (SANTOS; BÖING, 2018; MARTINS; SZYMANSKI, 2004; BRASIL, 1988).

A partir da coleta de dados também buscou-se investigar se as condutas adotadas pelas cuidadoras que também são mães é diferenciada em virtude da experiência que a maternidade proporciona, ou seja, se a atuação profissional é afetada pelas vivências proporcionadas pela maternidade. Vale destacar que, entre as 10 (dez) cuidadoras que foram entrevistadas, apenas uma delas não possui filhos e, desta forma, não vivencia a maternidade, bem como, não possui experiência semelhante.

Observa-se que, conforme Cintra (2013), a mulher que é mãe permanece como figura predominante nas instituições de abrigo para garantir que os serviços de acolhimento cumpram suas finalidades primordiais de cuidado e proteção. Dessa forma, notou-se que, a realidade apontada nesta pesquisa vem ao encontro do que é extraído da literatura em relação à predominância das profissionais mães na instituição de acolhimento.

No mesmo sentido, atenta-se para o fato de que, embora os critérios para a profissão de cuidador não incluam questões de gênero, a presença feminina continua sendo predominante nesses espaços institucionais.

De acordo com França (2008), esta é uma característica presente no Brasil e em quase todo o mundo, mas cabe pensar que ela não é ao acaso. A presença maciça, para não se dizer quase que exclusiva, de cuidadoras mulheres pode ser atribuída à visão do macrossistema, ou seja, da nossa cultura que naturaliza a passividade e a capacidade de cuidar como atributos inerentes às mulheres, enquanto que aos homens é atribuído o prover e uma característica mais agressiva, e esta última pode ser percebida como não condizente, especialmente com os espaços institucionais que, por definição, se caracterizam pela proteção e pelo cuidado. Assim, nota-se que esta percepção acaba justificando a manutenção dos elevados índices de mulheres como cuidadoras (CINTRA, 2013).

Assim, a partir da constatação de que no contexto do acolhimento institucional pesquisado prevalece cuidadoras que vivenciam a experiência da maternidade, percebeu-se que as entrevistadas ao serem questionadas acerca da sua atuação profissional com os acolhidos, se esta seria diferente

pelo fato de serem mães, obteve-se respostas como: *"[...] talvez sim, pelo fato de ser mãe a minha forma de falar com eles e escutar eles, passe uma segurança para eles, sou firme quando é necessário mas na hora que eu tenho que abrir meu coração eu sou acolhedora, tanto que alguns dizem que eu pareço a mãe deles[...]"* (Cuidadora 2).

A Cuidadora 4 entende que seu desempenho profissional é "[...] *acho que é igual (ser mãe), nós adotamos como nossos filhos* [...]". Da mesma forma, a Cuidadora 5, compreende que sua atuação profissional é diferenciada pelo fato de ser mãe "[...] *porque mãe tem um olhar diferente, você cria com mais respeito quando você é mãe*".

As entrevistadas alegaram, na sua maioria, que não adotam os mesmo métodos educativos dos filhos com os acolhidos, porém, ao serem questionadas sobre a forma de envolvimento com as crianças e adolescentes, revelaram que: *"[...] eu os considero como meus filhos [...]"* (Cuidadora 8). A Cuidadora 9, por sua vez, relatou que: "[...] *sim, porque o que eu não quero pro meu eu não quero pra eles. Eu sei que vou chamar atenção do meu filho como chamo deles e vice versa, puxo muito pro lado mãe* [...]".

Entretanto, não se pode olvidar que a combinação entre os papéis de mãe e profissional podem ocasionar uma contradição ao passo que sua função seja contribuir para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, nos mais variados aspectos e, inclusive fornecer apoio para o processo de desligamento do acolhido da instituição, seu sentimento materno e o vínculo podem dificultar a partida por pretender figurar como uma lembrança na vida dessas crianças e adolescentes (DES OLIVEIRA; UZIEL, 2016).

Ainda que as cuidadoras possuam a compreensão adequada dos atributos necessários para exercer o seu papel, bem como, sejam influenciadas positivamente pelas suas experiências pessoais com a maternidade, não se pode perder de vista que há a necessidade que o serviço prestado possua um caráter técnico. Para tanto, faz-se necessário que a equipe receba orientação e suporte adequados. Referida necessidade é evidenciada na fala da Cuidadora 2 que destacou a necessidade de: *"[...] ter uma psicóloga para fazer terapia nas cuidadoras do abrigo, uma vez por semana, por mês, não sei como funciona, mas porque todas nós precisamos [...]"*.

Conforme aponta Cintra (2013), a tarefa de cuidadora não é ocupada sem conflitos, especialmente pelo fato de possuir também uma função parental, pois, ao mesmo tempo, são e não são as mães. Assim, torna-se inevitável o conflito interno da cuidadora que acaba por emaranhar o seu discurso técnico com o desejo de determinar-se como a figura materna de fato.

Nota-se que muitas vezes as cuidadoras acabam por não observar a sua atividade como profissão, devido à falta de treinamento e qualificação para auxiliá-las na definição do seu papel profissional no abrigo. De todo modo, a posição da maternidade deveria permanecer em aberto, já

que são inúmeras as possibilidades em relação ao futuro dessas crianças e adolescentes no sentido de poderem ser adotadas, reintegradas às famílias, ou ainda colocadas em famílias substitutas (DES OLIVEIRA; UZIEL, 2016).

Considerando todos os pormenores que envolvem o papel de cuidadoras é que fica evidente a importância e a necessidade da escuta especializada dos profissionais cuidadores, o que deve ser realizado por meio de profissionais da psicologia. A falta de um ambiente adequado para expressar os sentimentos, as necessidades e as angústias decorrentes da atuação profissional pode mobilizar situações frequentes de estresse emocional, o que pode afetar as relações que a cuidadora estabelece no trabalho e consequentemente no contexto de desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos (LEMOS; SILVA, 2019).

As cuidadoras têm um importante papel de educadoras, o que demanda uma profissionalização da área e uma política de recursos humanos que envolva capacitação permanente, incentivos e valorização, no que se inclui também a necessidade de remuneração apropriada. O aprimoramento constante destas profissionais deve compreender ainda, a estruturação de uma consciência social em favor da promoção do bem-estar das crianças e adolescentes institucionalizados, tendo em vista a influência direta no desenvolvimento humano do público acolhido (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

4. Considerações finais

O presente estudo buscou analisar as condutas e as percepções das cuidadoras que laboram em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes e a inter-relação entre esses elementos com a finalidade de detectar as problemáticas existentes. Para tanto, utilizou-se da Teoria Bioecológica desenvolvida por Urie Brofenbrenner (2011) que considera o desenvolvimento humano como um fenômeno de continuidade, o qual é resultante da interação entre o sujeito e o contexto.

A Teoria Bioecológica destaca-se a influência que o meio social realiza no desenvolvimento humano. Por este motivo a necessidade de um olhar atento para o contexto do acolhimento institucional, vez que, neste local convivem crianças e adolescentes que, na sua grande maioria, já são provenientes de um outro meio social com complicadores sociais, emocionais, psicológicos e financeiros. Assim, tem-se que as transições entre cada um destes ambientes e a qualidade dos relacionamentos tem importante papel no desenvolvimento destes sujeitos – as crianças e os adolescentes institucionalizados.

Para compreensão do ambiente institucional, objeto deste estudo, identificou-se crenças e condutas dos sujeitos deste contexto, quais sejam as cuidadoras, e, em face do que foi observado até aqui, foi possível notar a repetição histórica da atribuição da tarefa de cuidado quase que exclusivamente às mulheres e, atrelado à isso, tem-se a sobreposição dos papéis da mãe e da profissional.

De mais a mais, identificou-se crenças antigas que norteiam a visão acerca dos serviços de acolhimento, as quais remontam à ideia de locais tristes, permeados pela vulnerabilidade social e emocional. E, não se pode perder de vista, as crenças em relação à religiosidade e perspectiva de futuro que também apareceram na pesquisa. Por fim, restou claro também que as crenças das cuidadoras são as responsáveis por nortear as suas condutas profissionais, ou seja, as crenças dessas mulheres são frutos das suas vivências e contextos sociais.

Assim, a partir dos resultados da pesquisa e com o intuito de atingir o objetivo posto é possível elencar as lacunas presentes no serviço de acolhimento institucional, especialmente no que é atribuído à profissão de cuidadora. Assim, destaca-se a falta de compreensão técnica do trabalho que deve ser prestado às crianças e aos adolescentes, o que pode ser atribuído à falta de capacitação da equipe. Isto porque, embora as normas técnicas imponham como obrigatoriedade o curso de cuidador para o desempenho da função, verifica-se que não há um treinamento específico visando as particularidades das cuidadoras de abrigo. Bem como, se nota a ausência de uma formação continuada que pode ser promovida por meio de políticas públicas efetivas.

A capacitação adequada dos profissionais é de fundamental importância a fim de sensibilizá-los acerca da qualidade do cuidado que é por eles despendido na influência da trajetória destas crianças e adolescentes, vez que suas crenças e práticas vão refletir no comportamento, nas crenças e nas interações deste público, norteando-os acerca da relevância da sua atuação no desenvolvimento dos indivíduos por eles atendidos, especialmente, no sentido de promover processos saudáveis de desenvolvimento humano.

Além disso, não se pode olvidar a singularidade do trabalho que é desenvolvido dentro destes ambientes e a demanda emocional que está envolta nesses contextos. Deste modo, fica evidente a necessidade de se propiciar atendimento psicológico destinado às profissionais, seja para compreensão, modificação ou fortalecimento das crenças das cuidadoras, acolhimento emocional, ou ainda para orientação de como essas profissionais devem manusear as demandas emocionais apresentadas pelas crianças e adolescentes acolhidos.

Vale notar que, em que pese as normas técnicas determinam que a equipe técnica, obrigatoriamente, conte com um profissional da psicologia, nota-se que a atuação do psicólogo nestes locais não tem o condão de suprir a demanda aqui apontada. Até mesmo porque, eticamente,

o psicólogo designado para atuação dentro da instituição fica impossibilitado de desempenhar um papel clínico de escuta e acolhimento das profissionais, que também são suas colegas de trabalho.

Assim, entende-se como necessário a continuidade de estudos e de promoção de espaços de debate sobre o tema com o intuito de conhecer de maneira aprofundada as condições em que as cuidadoras realizam o seu trabalho nas instituições de acolhimento, bem como, o que pensam sobre o contexto e os sujeitos ali inseridos, vez que o desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados tem influência direta das práticas profissionais e pessoais das cuidadoras.

E, não se pode perder de vista que estas crianças e adolescentes estão e estarão, ao longo da vida, envolvidas em outros níveis ecológicos de interação, de modo que a qualidade da interação social promovida no nível imediato (abrigo) será também responsável por influenciar positiva ou negativamente as suas interações nos demais níveis e ou contextos a que for expostos essas crianças e adolescentes ao longo do seu desenvolvimento.

5. Referências

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental**: teoria e prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. **Revista Horizontes**, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2009.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 05 out. 2022.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano:** tornando os seres humanos mais humanos. Tradução: André de Carvalho-Barreto, Revisão técnica: Sílvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CINTRA, Ana Lúcia. **Corpo a corpo: representações identitárias, singularidades e abrigos institucionais para crianças.** 2013. p. 120. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em 16 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço:** saiba a diferença entre comarca, vara, entrância e instância. 20 maio 2016. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia/. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORRÊA, Laiane da Silva; CAVALCANTE; Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. **Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do nicho desenvolvimental**. 2011. 172 p. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/5345/1/Dissertacao_ConcepcoesDesenvolvimentoPraticas.pdf. Acesso em 3 mar. 2023.

DES OLIVEIRA, Daniela Ramos; UZIEL, Anna Paula. Mãe social: a construção de um paradigma de cuidado materno nos espaços de acolhimento institucional. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 4, n. 12, p. 17-28, set. 2016.

DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. **Educar em Revista,** Curitiba, n. 36, v. 1, p. 65-76, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/rGkKHtMrZ4rRqJS8MT6WcHs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FRANÇA, Dirce Barroso. Mãe social: o mito da reprodução do amor materno nas instituições de abrigo. *In:* LOU Muniz Atem (org.). Cuidados no início da vida: clínica, instituição, pesquisa e metapsicologia. **Casa do Psicólogo,** São Paulo: 2008.

GARDNER, Tânia *et al.* As crenças e atitudes dos fisioterapeutas influenciam a prática clínica na dor lombar crônica: uma revisão sistemática de estudos quantitativos e qualitativos. **Revista de fisioterapia**, v. 63, n. 3, p. 132-143, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMOS, Isabela Cristina; SILVA, Roselaine Berenice Ferreira da. Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. **Psic. Unisc,** v. 3, n. 1, p. 173-191, 2019.

MAGALHÃES, Celina Maria Colino; COSTA, Lígia Negrão; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. **Journal of Human Growth and Development,** v. 21, n. 3, p. 818-831, 2011.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. A abordagem ecológica de urie bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de janeiro, v. 4, n. 1, p. 63-77, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/11111/8797. Acesso em: 18 out. 2023.

MCCALL, Robert B. *et al.* Early caregiver–child interaction and children's development: Lessons from the St. Petersburg-USA Orphanage intervention research project. **Clinical child and family psychology review**, v. 22, p. 208-224, 2019.

MEDEIROS, Blenda Carine Dantas de; MARTINS, João Batista. O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. **Psicologia**: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 74-87, mar. 2018. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/9f2262e96eb7f2155a0eb64b198ae163/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2047533. Acesso em: 05 mar. 2023.

NERY, Carmen, BRITO, Vinícius. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE notícias,** 24 ago. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 20 set. 2023.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência,** Araxá, n. 4, p. 129-148, maio 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/tecnica_coleta_dados.pdf. Acesso em 05 mar. 2023.

ROSA, Edinete Maria *et al*. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia,** Natal, v. 15, p. 233-241, 2010.

SANTOS, Mariane Comelli dos; BÖING, Elisangela. Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 27, n. 61, p. 93-109, 2018.

SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E DE ACOLHIMENTO. **Painel do acolhimento. Pretendentes disponíveis x crianças disponíveis para adoção**. 2022. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall&fbclid=IwAR0CEta6Vi6MxlyT7XFk0g7p22ek3x-xTvEGQwl_-_wgoK0IZbj5NsLzUoI. Acesso em: 1 mar. 2023.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 18, p. 71-80, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bn9x93pDbChZvrGwTvghPLn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 set. 2023.